

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Contratação de Obras e Serviços de Engenharia

Exercício 2021

Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Ministério da Educação

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Órgão/Unidade: Maracanã

Unidade Examinada: **DEPAD**

Município/UF: **Rio de Janeiro/RJ**

Projeto de Auditoria: Programa de Auditoria 05/2021

13 de dezembro de 2021

Missão

A missão da AUDIN é contribuir – de forma independente – tanto para a avaliação quanto para o aprimoramento do gerenciamento de riscos, dos controles internos e da governança da instituição, além de agregar valor às práticas administrativas e colaborar para a melhoria da gestão quanto à eficácia, eficiência e economicidade dos processos.

Auditoria de Conformidade

A auditoria de conformidade visa a obtenção e avaliação de evidências para verificar se as atividades financeiras ou operacionais de um objeto de auditoria selecionado obedecem às condições, às regras e os regulamentos a ele aplicáveis.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA AUDITORIA INTERNA DO CEFET/RJ?

Auditoria de Avaliação de conformidade que buscou averiguar se os controles internos atualmente adotados na execução do processo são eficazes?

POR QUE A AUDIN DO CEFET/RJ REALIZOU ESSE TRABALHO?

A auditoria decorreu da avaliação do gerenciamento de risco e controle interno realizado pela auditoria interna para a definição do PAINT 2021 ante aos objetivos institucionais, quando se identificou alto risco associado à atividade.

Deste modo identificou-se relevante avaliar o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDIN? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

Não foram detectadas falhas relevantes no curso desta auditoria e dentro do escopo definido. De acordo com a avaliação da Matriz de Risco a unidade auditada mitiga o risco em todos os aspectos relevantes e pode ser enquadrado como “melhor prática”.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUDIN: Auditoria Interna

CEFET/RJ: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CGU: Controladoria-Geral da União

TCU: Tribunal de Contas da União

PAINT: Plano Anual de Auditoria Interna

SUMÁRIO

POR QUE A AUDIN DO CEFET/RJ REALIZOU ESSE TRABALHO?	4
1. INTRODUÇÃO	7
1.1 ORIGEM E JUSTIFICATIVA	7
1.2 OBJETIVO E QUESTÕES DE AUDITORIA	8
1.3 METODOLOGIA	8
1.4 LIMITAÇÕES/RESTRICÇÕES	8
1.5 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
2. RESULTADOS DOS EXAMES	9
3. RECOMENDAÇÕES	10
4. OPINIÃO FINAL	10
5. ANEXO I – MATRIZ DE RISCOS	11
6. ANEXO II – FLUXO OPERACIONAL	12

1. INTRODUÇÃO

O relatório ora transcrito tem a finalidade de apresentar os trabalhos de auditoria de conformidade realizados junto ao Departamento de Administração (DEPAD) da Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) e teve como objeto a contratação de Obras e Serviços de Engenharia (Programa/Ação – 20GR – expansão e reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica). A auditoria buscou avaliar se os controles internos atualmente adotados na execução do processo são eficazes, em consonância com os ditames da [Lei 14.133/2021](#), trechos da [Lei 8.666/93](#) (ainda em vigor), [Lei nº 10.520/2002](#), [Lei no. 12.462/11](#) e o [Decreto 10.024/2019](#).

À luz da I.N. CGU 01/2016, os controles internos da gestão traduz-se em um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos gerais definidos na referida I.N. sejam alcançados.

Considerando que o Controle Interno tem a responsabilidade de atuar sob a ótica da transparência na gestão dos recursos públicos, o acompanhamento das contratações de obras públicas, desde o projeto básico até a sua conclusão, poderá favorecer uma ação administrativa eficiente e eficaz no atendimento do interesse público.

Através de ação preventiva e concomitantemente nas fases interna e externa dos processos de formalização dos contratos, o controle interno poderá tempestivamente corrigir falhas e maximizar os recursos financeiros, e conseqüentemente a eficiência da execução até a entrega da obra, dentro dos princípios legais e da boa gestão pública.

1.1 Origem e justificativa

A auditoria decorreu da avaliação do gerenciamento de risco e controle interno realizado pela Auditoria Interna do CEFET/RJ ante aos objetivos institucionais, para a definição do PAINT2021, quando se identificou alto risco associado à atividade com base na matriz de riscos de 2018.

1.2 Objetivo e questões de auditoria

Com a finalidade de fomentar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e controles internos, e considerando a identificação do risco associado ao processo de responsabilidade do Departamento de Administração, o trabalho buscou responder as seguintes questões:

- Os controles internos atualmente adotados na execução do processo são eficazes?

1.3 Metodologia

A metodologia empregada consistiu na avaliação dos processos licitatórios ocorridos no período de jan/2020 a nov/2021. Considerando critérios de relevância e materialidade foi destacado o processo de RDC nº 02/2021 sob o NUP 23063.001819/2021-98, no montante de R\$ 443.163,31 fornecido pela área auditada.

Com base na instrução processual avaliou-se a existência e integridade: i) o checklist de controle preenchido pela área requisitante com segregação de funções, ii) a formalização dos documentos contidos no formulário de abertura de processo de compras, iii) o ofício ao ordenador de despesa informando sobre disponibilidade orçamentária (pré-empenho), iv) a assinatura do ordenador de despesa v) o parecer da Procuradoria Jurídica sobre a modalidade de contratação, vi) edital assinado pela autoridade máxima da instituição, vii) os comprovantes de publicação da licitação no DOU e em jornal de grande circulação, viii) o despacho de adjudicação e homologação da licitação, ix) a nota de empenho emitida, x) as Certidões negativas, xi) o contrato assinado.

1.4 Limitações/Restrições

Não houve restrição ou limitação ao processo de auditoria a ser registrado.

1.5 Considerações Iniciais

As evidências permitiram identificar uma melhoria nos controles internos mediante a implementação de *check lists* de conformidade e observância dos demais procedimentos afetos a instrução processual.

Não foi identificada documentação formal que confirme o aceite do processo de aquisição. Todavia o prosseguimento do processo pode ser entendido como admissão do processo por apresentar documentação completa. Consta no processo devidamente instruído e formalizado a totalidade da documentação estando em conformidade com os normativos vigentes.

2. RESULTADOS DOS EXAMES

2.1 Evidências

RESULTADO DO EXAME: CONTROLES EM NÍVEL AVANÇADO			
DESCRIÇÃO	TICKMARK		OBSERVAÇÕES
Checklist de controle preenchido pela área requisitante com segregação de funções			Checklist antes da autorização do gestor do centro de custo
Avaliação da inclusão formal dos documentos contidos no formulário de abertura de processo de compras			Não há documento formal que confirme o aceite da documentação. Todavia, o prosseguimento do processo pode ser entendido como admissão do processo por apresentar documentação completa.
Ofício ao ordenador de despesa informando sobre disponibilidade orçamentária (pré-empenho)			Ofício nº 106/2021 DPLAN/DGORC
Assinatura do ordenador de despesa			Ofício nº 106/2021 DPLAN/DGORC
Parecer da Procuradoria Jurídica sobre a modalidade de contratação			Parecer nº 167 00327/2021/PROC/GAB/PFCFET/PGF/AGU
Edital assinado pela autoridade máxima da instituição			Edital do RDC eletrônico nº 02/2021
Comprovantes de publicação da licitação no DOU e em jornal de grande circulação			DOU, edição nº 177, de 17/09/2021, seção 3. Jornal O Dia, edição de 17/09/2021
Despacho de adjudicação e homologação da licitação			Despacho do Diretor-Geral, de 18/10/2021
Nota de empenho emitida			2021NE0000288
Certidões negativas			Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica
			Certidão negativa de débitos trabalhistas
			Declaração - ocorrências e impedimentos
			Relatório nível V - qualificação técnica
			Relatório de ocorrências
			Relatório de ocorrências impeditivas de licitar
Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor			
Contrato assinado			Contrato nº 17/2021

LEGENDA	
Conforme documento original	
Conforme sistema informatizado	
Conforme informado pelo gestor	
Item identificado no processo	
Cálculo conferido	
Ponto de relatório	
Item sanado pelo gestor antes do relatório	
Constatação	

2.2 Conclusões

Não foram detectadas falhas pela equipe de auditoria dentro do escopo considerado. De acordo com a avaliação da Matriz de Risco a unidade auditada mitiga o risco em todos os aspectos relevantes e pode ser enquadrado como “melhor prática”.

3. RECOMENDAÇÕES

Não há.

4. OPINIÃO FINAL

Considerando as informações providas pela área auditada e o escopo delimitado, pode-se inferir que a área vem adotando procedimentos de controles internos capazes de mitigar os riscos inerentes a contratação, o que permite contribuir para o atingimento dos objetivos estratégicos delineados pela alta administração no que concerne à Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - 20RG. O processo em questão pôde ser enquadrado como “**melhor prática**” que se traduz em meio pelo qual a instituição alcança alto desempenho e serve como meta para organizações que almejam atingir níveis de excelência.

Equipe de Auditoria:

Luciana Marques Bissol

Auditora

Responsável pela elaboração do Relatório:

Rosana Pinho Galiza

Chefe da Auditoria Interna

5. ANEXO I – Matriz de Riscos

Contratação de Obras e Serviços de Engenharia									
ATIVIDADE	OBJETIVO	EVENTO DE RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO DO RISCO	RISCO INERENTE	CONTROLES-CHAVE	EFICÁCIA DO CONTROLE	PONTUAÇÃO	MATURIDADE DOS CONTROLES
Verificação da Regularidade	Identificar a existência e a completude da documentação instruída no processo	Não constarem no processo os documentos considerados obrigatórios	2	3	6	Checklist de controle preenchido pela área requisitante com segregação de funções	4	Forte	95,5%
			2	3	6	Avaliação da inclusão formal dos documentos contidos no formulário de abertura de processo de compras	2	Mediano	
Verificação da Reserva Orçamentária	Atestar a disponibilidade orçamentária para a contratação	Não haver dotação disponível para realizar a contratação	1	5	5	Ofício ao ordenador de despesa informando sobre disponibilidade orçamentária (pré-empenho)	4	Forte	
Autorização da despesa	Autorizar a execução da despesa	Ausência de autorização do ordenador de despesa	1	5	5	Assinatura do ordenador de despesa	4	Forte	
Análise e Parecer jurídico	Opinar acerca dos aspectos jurídicos do procedimento de contratação	Ausência de manifestação quanto aos aspectos jurídicos do processo	2	4	8	Parecer da Procuradoria Jurídica sobre a modalidade de contratação	4	Forte	
Aprovação e assinatura do edital	Autorizar e publicar o edital para realização da licitação	Ausência de manifestação quanto ao edital e ausência de publicação do edital e licitação	1	4	4	Edital assinado pela autoridade máxima da instituição	4	Forte	
			1	4	4	Comprovantes de publicação da licitação no DOU e em jornal de grande circulação	4	Forte	
Adjudicação e Homologação	Adjudicar e homologar o resultado do processo licitatório	O resultado da licitação não ser adjudicado nem homologado pela autoridade competente	1	4	4	Despacho de adjudicação e homologação da licitação	4	Forte	
Emissão da Nota de Empenho	Alocar dotação orçamentária para a execução do contrato	Não alocar orçamento para a execução do contrato	1	5	5	Nota de empenho emitida	4	Forte	
Formalização do Termo de Contrato			1	4	4	Certidões negativas	4	Forte	
			1	4	4	Contrato assinado	4	Forte	

EFICÁCIA DO CONTROLE	
CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO DO CONTROLE
(0) Inexistente	Ausência completa do controle.
(1) Fraco	Em desenvolvimento; informal; sem disseminação.
(2) Médio	Formalizado; desconhecido; sem aplicação efetiva; quase sempre falha; pode ser aprimorado.
(3) Razoável	Formalizado; conhecido; adotado na prática; funciona na maior parte das vezes.
(4) Forte	Mitiga o risco em todos os aspectos relevantes; sem falhas detectadas; pode ser enquadrado como "melhor prática".

NÍVEL DE MATURIDADE DO CONTROLE		
NÍVEL	PONTUAÇÃO	DEFINIÇÃO
Inicial	0% a 20%	Formalização precária; documentação indisponível; ausência de comunicação sobre os controles.
Básico	20,1% a 40%	Controles em sua maioria informais; pouco treinamento e baixa comunicação sobre controles.
Intermediário	40,1% a 70%	Há princípios e padrões documentados sobre os controles internos.
Aprimorado	70,1% a 90%	Controles obedecem aos princípios estabelecidos; há supervisão e aprimoramento regulares.
Avançado	90,1% a 100%	Controles avançados; processos de controles internos integrados aos de gestão da organização.

Preparado por:	Luciana S. M. Bissol	Cargo:	Auditora	Matricula:	1601839	Data:	30/11/2021
Revisado por:	Rosana Pinho Galiza	Cargo:	Contador	Matricula:	1710548	Data:	30/11/2021

6. ANEXO II – FLUXO OPERACIONAL

Mapeamento de Processos nº 05

WP	05.03
----	-------

